

AC

ACE

CNF

55598/86

1/1







011183 -2 JUN 86

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

3

DESTINATÁRIO: AC/SNI.

Documento: LIVRETO.  
Assunto: 8ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE.  
Origem: MINISTÉRIO DA SAÚDE.

DIFUSÃO:

- PR
- GTC
- GMPR
- GCPR
- SG/CSN
- GAB
- AC
- EsNI
- SAD
- SCI
- DCOM
- CEPESC
- 

Proposta

Aprovação

- Acompanhar
- Arquivar
- Emitir opinião
- Informar
- Providenciar
- Agradecer
- Conhecer
- Esclarecer
- Pos.ável aproveitamento
- Registrar
- Aprofundar
- Em restituição
- Falar-me
- Processar
- Responder

Despacho do Ministro-Chefe do SNI:

..... Assinatura

Outros Despachos:

..... Assinatura

MEMORANDO Nº

1337

/Ch/GAB/SNI

DIFUSÃO: AC/SNI.

REFERÊNCIA: Memo nº 809/CH/GAB/SNI, de 31 Mar 86.

ANEXO: Um livreto intitulado "ABERTURA DA 8ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE".

NÃO FICOU CÓPIA DO  
ANEXO, NA ASS/GAB/SNI

Obs.: Anexar ao Memorando da referência.



02 JUN 86

Assinatura

VIDE-VERSO

4

abertura da  
8.<sup>a</sup> conferência  
nacional de  
saúde

roberto santos

4

5

abertura da  
8.<sup>a</sup> conferência  
nacional de  
saúde

roberto santos



6

**E**m nome de S.Exa. o Presidente José Sarney, declaro instalada a VIII Conferência Nacional de Saúde.

**O** momento é decisivo. Por várias vezes, nas últimas quatro décadas, o Governo do Brasil convocara anteriormente a Conferência, ao verificar a necessidade do reexame de aspectos vários da problemática da saúde. Na presente oportunidade, resultou a convocação das profundas alterações político-administrativas desencadeadas pelo Governo Sarney no último ano, com reflexos expressivos nos conceitos e na prática dos cuidados à saúde. A implantação da Nova República, com o que significou para o cidadão brasileiro, nas mais variadas componentes das suas condições de vida e trabalho, tem ensejado fecunda meditação sobre as diretrizes vigentes na nossa área de ação profissional.

**A**proxima-se a instalação da Assembléia Constituinte, razão a mais e de fundamental importância para a convocação de uma Conferência que diferisse das anteriores na sua composição. Estamos, aqui reunidos, autoridades de Governo nos níveis federal, estadual e municipal, juntamente com representantes de variados setores da comunidade, estes na condição de usuários dos serviços submetidos a debate.

**A**ntes de implantar-se o Governo Tancredo-Sarney estudiosos do assunto afinados com as idéias políticas vitoriosas, pro-

duziram documentos da mais alta valia, acerca das relações entre o Brasil que renascia e a saúde do seu Povo. Transcorrido o primeiro ano sob a presente orientação política e administrativa, cabe a avaliação do progresso alcançado. Sem dúvida, mudou a ordem de prioridades do Governo ao longo do ano. As áreas sociais, nelas incluídas a saúde, assumiram destaque que há muito tempo não lhes era atribuído, o que gerou conseqüências favoráveis na elaboração do orçamento do presente exercício.

**H**istoricamente, havia-se estabelecido verdadeiro abismo de diferenças entre a gestão das medidas de ordem preventiva e as ações da medicina curativa. Não há qualquer exagero em dizer-se que estas diferenças têm sido altamente nocivas e injustas.

**S**abem todos que as medidas preventivas têm sido financiadas com recursos do Tesouro, aos quais, recentemente, se agregaram parcelas oriundas do Finsocial. O desprestígio do desenvolvimento social, ao longo de muitos anos, resultara na destinação de escassas verbas e na atrofia de atividades da mais primordial importância para o bem estar dos homens, mulheres e crianças deste País. A situação está sendo revertida em ritmo acelerado, para o que se tem contado com a excelente qualidade dos profissionais dedicados ao setor, em cujas mãos os recursos adicionais logo estarão dando elevado retorno.

**P**aralelamente, atribuiu-se às ações da medicina curativa cobertura financeira proveniente de receita especial, arrecadada

juntamente com o que se destina a outros benefícios da Previdência Social. O crescimento da população economicamente ativa, as conquistas lentas porém expressivas do operariado brasileiro, fizeram com que este dinheiro aumentasse em flagrante desproporção com o oriundo do Tesouro para as atividades de prevenção. E assim se criaram interesses de grande vulto e com raízes profundas.

**E**m defesa desses interesses, difundiu-se a idéia de que somente depois que a moléstia se instala, merecia a saúde do trabalhador ser cuidada com meios resultantes da contribuição direta do mesmo trabalhador. A prevenção da doença, as medidas de ordem profilática que asseguram a preservação da saúde, justamente as mais importantes e que deveriam vir em primeiro lugar, não mereciam a aplicação das contribuições diretas do operário e deveriam ficar sujeitas à variável escala de prioridades adotada por Governos que, por longo tempo, consideraram de escassa significação os problemas sociais. Sei que o assunto é controverso. Sei que muitos, em total boa fé, entendem que a prevenção deveria ser tarefa "do Governo", com verbas provenientes da arrecadação dos impostos, como se estes benefícios só indiretamente atingissem os trabalhadores. Estamos convictos de que esta noção é equivocada. Mesmo que a controvérsia se acentue no começo, é necessário que o debate se aprofunde e os argumentos sejam trazidos à tona, democraticamente, entre técnicos e usuários dos serviços de saúde. Porque se há de demonstrar que advirá economia no uso das contribuições dos trabalhadores, caso parte maior delas se destine à prevenção. É

muito mais barato preservar a saúde — qualquer que seja a fonte dos recursos — do que curar a doença, ou seja, do que restabelecer a saúde já abalada por falta de meios para preservá-la.

**M**uito bem aplicada estaria a contribuição dos trabalhadores em evitar que doenças como a *malária* se estendesse ainda mais do que já se espalhou pelo Brasil afora, e que a *esquistossomose*, o *calazar*, a *febre amarela*, a *doença de Chagas* e tantas outras endemias que enegrecem os indicadores de saúde no Brasil, viessem a atingí-los na segurança dos seus lares e nos seus locais de trabalho. O rendimento dos impostos e cruzados que se destinam a medidas preventivas é, indubitavelmente, maior do que a de aplicá-lo em medidas curativas.

**A**lteremos, agora, o curso do raciocínio e acharemos outro igualmente válido. Assim como os recursos do Tesouro, resultantes da arrecadação de impostos, têm servido para financiar as medidas preventivas, poderia o Poder Público, em nome da comunidade de que representa, estender verbas da mesma origem para financiar, em idêntica ordem de prioridades, as ações da Medicina curativa. Aliás, pode até ser que a Constituinte venha a optar por fórmula nesta direção. Mas, o que não se pode entender, senão pela perpetuação do erro histórico evidente, é que se mantenha sob orientações diversas, correspondentes a fontes de financiamento inteiramente díspares, e quantitativamente desproporcionadas, a gestão de um dos setores mais essenciais à vida em sociedade. Foi o setor artificialmente bifurcado

8

e danosamente diferenciado em parcelas que, na verdade, constituem um todo coerente e indivisível. São incalculáveis e irrecuperáveis os prejuízos para a Saúde do Povo Brasileiro, acumulados ao longo de muitos anos pela perseverança em erro tão flagrante.

**O**ra, não faltará quem diga: mas isto já não é assim. A correção do erro já começou, e as Ações Integradas de Saúde aí estão para sanar as falhas do passado.

**S**em dúvida, cumpre responder, as AIS estão na direção certa. Elas representam, na timidês com que estão sendo postas em prática até agora, como que um aprendizado válido para o convívio entre instituições que, a despeito dos seus objetivos comuns, nada tinham a ver umas com as outras, na gerência de serviços a seu cargo. Pode-se até entender que este aprendizado ocorra a passos lentos, porém não se deve considerar seja esta a solução definitiva. Fazemos votos para que a Conferência reconheça como imprescindível, a unificação dos serviços de saúde, a curto prazo, e que assinale, de forma justa e com insofismável clareza, a fonte dos recursos que hão de sustentar a prestação destes serviços. A Assembléia Constituinte há de levar em conta os subsídios que lhe forem encaminhados por forum tão abalizado.

**C**om efeito, de nada adianta a unificação dos serviços caso parte destes continuassem a merecer financiamento oriundo da contribuição dos trabalhadores, de mistura com o que deles se arrecada para aposentadoria e pensão, enquanto as atividades preventivas, de relevância ao menos igual,

continuassem sujeita às minguadas fatias oriundas do Tesouro Nacional.

**O**ra, dirão também, já não é tão negro o quadro, como foi pintado, porque nas Comissões Interinstitucionais de Saúde, pelo Brasil afora, estão se sentando à mesma mesa, em louvável processo de aprendizado, representantes de serviços que até bem pouco faziam questão de desconhecer-se reciprocamente, quando não se hostilizavam de forma aberta.

**C**umpre responder: aumentaria enormemente o rendimento dos trabalhos destas Comissões, e das que delas derivam aos níveis local e regional, caso realizassem trabalho de baixo para cima, dando curso ao processo de regionalização dos serviços de saúde, sonho acalentado há tempos pelo pessoal da área. Não se havia, até agora, encontrado meios para sua implantação em larga escala. É esta a oportunidade preciosa, que não pode ser perdida. A SUCAM, organização modelar e insuficientemente conhecida mesmo entre os que são do ramo, dispõe de mapas de domicílios espalhados pelo Brasil afora, que facilitariam de muito a regionalização das unidades sanitárias com diversas vinculações administrativas. Quero, então, transmitir desta tribuna às Comissões Interinstitucionais do Brasil a seguinte mensagem de fé: REGIONALIZAR JÁ, e o resto virá depois, mais rápida, segura e tranquilamente.

**M**uito mais tranquilamente virão os programas de cobertura universal dos serviços de saúde, de municipalização, de distribuição de alimentos como ação de saúde,

de reidratação oral, de imunização universal, de assistência integral à saúde da mulher, de distribuição de medicamentos aos carentes, de referência dos pacientes necessitados de atendimento em níveis secundário e terciário, e tudo mais que se queira como ação curativa e preventiva.

**C**hegaríamos, assim, pela via da regionalização a cargo das CIS, à hierarquização dos serviços, assegurando a utilização correta, socialmente justa e criteriosamente dosada, das altas tecnologias médicas e das pesquisas operacionais. Se, em épocas progressas, menosprezamos os cuidados primários e valorizamos por demais as tecnologias mais complexas, invertemos recentemente o discurso quando não a prática. E passamos a condenar os serviços equipados para as tecnologias mais avançadas, rotulando-os de luxuosos. Pouco importam, do ponto de vista da saúde pública, as instalações requintadas, as quais, podem, aliás, abrigar medicina de péssima qualidade, quer no tocante à técnica, quer no ponto de vista ético. Porém, importa muito à saúde do povo, a hierarquização das unidades, de modo que os pacientes necessitados de cuidados especializados, qualquer que seja sua posição na sociedade, tenham ao seu dispor unidades equipadas e com pessoal afeito às tecnologias de ponto na área médica.

**E**a vocês, usuários dos serviços de saúde presentes a esta Conferência, a regionalização e a hierarquização das unidades permitirá participação muito mais direta no planejamento, no controle da qualidade, na gestão e na fiscalização das atividades que importam fundamentalmente à sua comunida-

de. A relação paciente-profissional-serviço de saúde torna-se muito mais humana quando o sistema opera segundo as normas de regionalização e de hierarquização. Este é o grande instrumento à disposição de vocês, de forma imediata e sem razões para resistências.

**A**lgumas expressões foram citadas, com justificada insistência, na mobilização popular para a derrubada do regime anterior, passaram aos documentos dos técnicos que contribuíram para as bases da Nova República. Uma delas foi a palavra "descentralização", como remédio para a abusiva e sempre crescente concentração de poder político, econômico e administrativo exercida àqueles tempos pelo Governo Federal.

**V**aleram-se Governos passados, de mecanismos firmados no sistema tributário vigente, para atingir os seus propósitos de auto-perpetuação no poder. Da receita fiscal arrecadada, sabidamente, reduzidíssima parcela remanesca para aplicações que resultassem de decisão autônoma dos municípios. A parcela reservada à decisão dos Governos Estaduais, era igualmente pouco expressivo. A "parte do leão" ficava ao dispor do Governo Central, que distribuía a massa de dinheiro público segundo os critérios que convinham aos seus objetivos políticos imediatos. Graças a esses critérios, o regime sobreviveu alguns anos mais, o suficiente para exacerbar a irritação popular e desencadear a reação quase unânime contra os manipuladores do processo.

**E**ntre as matérias que a Assembléia Constituinte terá de examinar, estará, sem dúvida, Reforma Tributária que assegure aos



Estados e Municípios poderes para decidir sobre a aplicação de recursos em maior percentual da receita, do que vem ocorrendo até agora. O Município, a verdadeira "célula" política da Nação, poderá então desincumbir-se de tarefas que lhe deveriam corresponder, com liberdade de ação política, sem receios de ameaças do poder central e dos que o representam localmente, e, assim, prestar serviços da sua área de competência, realizando-os com maior eficiência e melhor produtividade.

**P**oder-se-á então, falar com firmeza em descentralização e em municipalização dos serviços de saúde, trazendo indiscutíveis benefícios à generalidade dos cidadãos.

**E**nquanto aguardamos providências deste porte, as medidas postas em prática, mesmo as que estiverem no rumo certo, terão de ser paliativas, ou servirão ao nobre propósito de experimentar o mérito de várias fórmulas, para escolher mais tarde as que se tornarão duradouras. Cumpre, porém, desencadeá-las logo, porque assim nos adiantaremos, e quando ocorrer a esperada Reforma Tributária, mais prontamente absorveremos as imensas vantagens que dela advirão.

**É** tempo de encerrar. O momento é feito para o debate e não comporta o monólogo prolongado. O momento é de esperança e confiança na participação de todos em busca do melhor. O momento é de certeza de que as mudanças reclamadas pelo povo nas ruas e praças do Brasil aliviarão dos erros do passado também a área da saúde. Construiremos o futuro, resgatando a dívida social her-

dada, com a mesma coragem demonstrada pelo Presidente Sarney à frente da Nação Brasileira, ao combater as causas da deterioração da economia nacional. Povo sadio é povo feliz. E a saúde é direito de todos e dever do Estado.

Discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Roberto Figueira Santos, por ocasião da abertura da VIII Conferência Nacional de Saúde.

Brasília, 17 de março de 1980

11

11

Saudação do Ministro da Saúde ao Presidente José Sarney na VIII Conferência Nacional de Saúde.

Brasília, 19 de março de 1986

**E**stará Vossa Excelência identificando Senhor Presidente, nas atitudes de entusiasmo dos integrantes desta Conferência, o eco das ardorosas manifestações do Povo que encheu as ruas e praças do Brasil, na extraordinária mobilização que precedeu o advento da Nova República.

**M**as, o eco da gora reproduz com alterações o clamor de ontem. Já não é o simples grito de luta, de quem busca o alívio e se enche de crescentes esperanças ao divisar um futuro melhor. Reconhece-se, distintamente, agora, no que presenciamos e ouvimos, o sentido da confiança respaldada pelas primeiras e revigorantes vitórias. Diagnostica-se, na vibração de hoje, o calor da aprovação e do aplauso às providências de Governo que revelam a estatura avantajada do espírito de quem assumiu a responsabilidade maior, e dela se vem desincumbindo com coragem e competência.

**C**ompetência e coragem por Vossa Excelência mais uma vez demonstradas nas transformações políticas que restauraram o rumo do País no sentido da democracia sem qualificativos que a restrinjam, e que alcançarão o clímax com a breve instalação da Assembléia Nacional Constituinte.

**C**oragem e competência na confrontação com o caos imperante na área econômico-financeira, e a implantação de medidas revolucionárias que despertaram a solidariedade maciça do Povo Brasileiro.

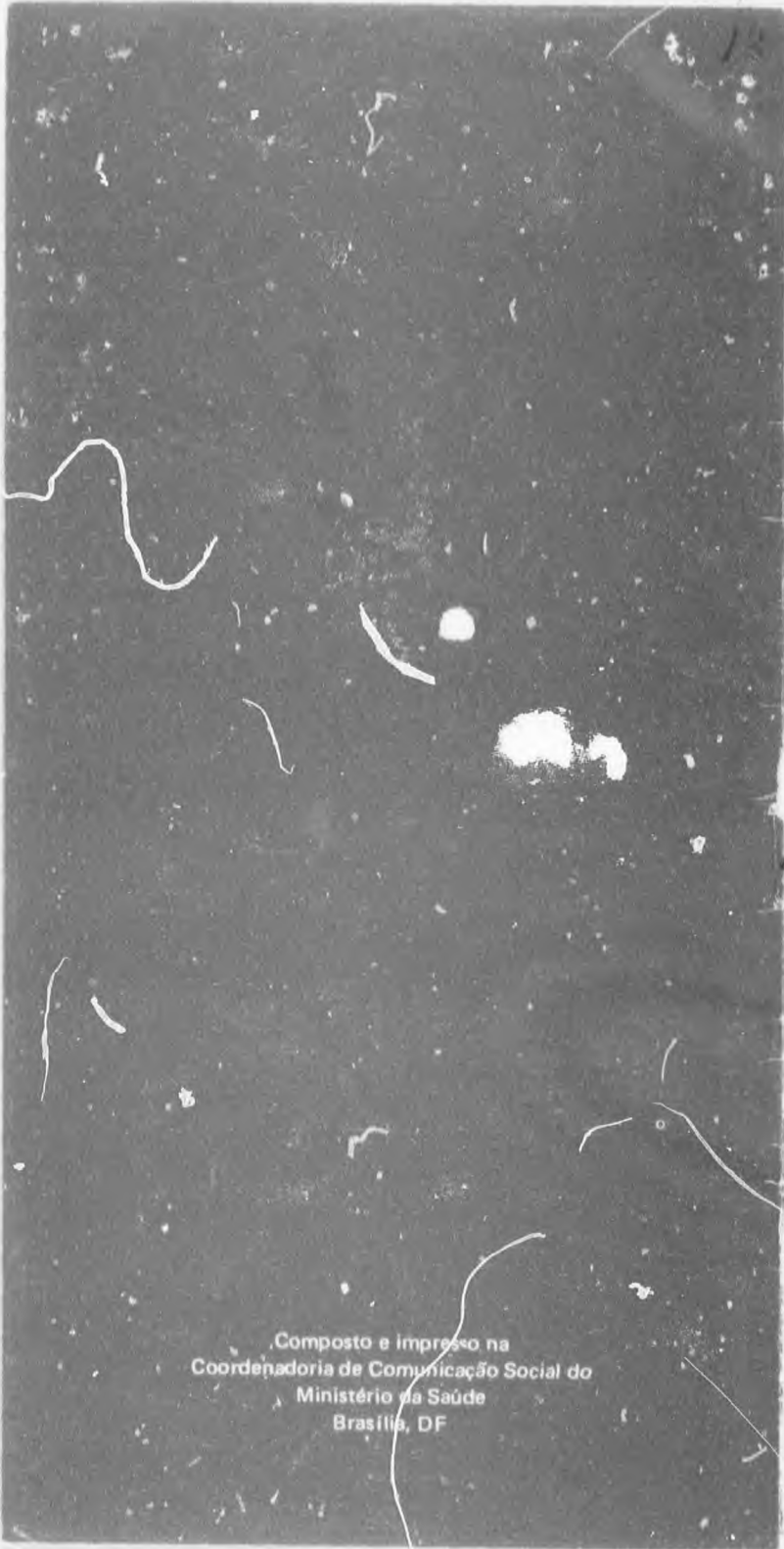
**C**ompetência e coragem da parte de Vossa Excelência, Senhor Presidente, foram igualmente imprescindíveis à adoção de nova escala de prioridades na gestão da coisa pública, de molde a assegurar às questões sociais posição destacada que há muito lhes era deliberadamente negada. Poristo, são particularmente gratos os que se empenham pela saúde do nosso Povo, tão expressivamente representados na multidão que enche o recinto desta Conferência. Esta gente, Senhor Presidente, é de comovedora dedicação à causa da saúde.

**A**s suas condições de vida e trabalho, em geral não são fáceis. A sua remuneração é escassa. Muitos trabalharam no campo, obrigados a longas jornadas, distantes dos seus lares, em locais de difícil acesso e infraestrutura precária. Mas, é gente que tem consciência plena do valor da experiência acumulada em lidar com intrincados problemas técnicos e humanos, em meio às peculiaridades geográficas, climáticas, antropológicas, culturais e econômicas inerentes a este País-continente. E compenetrada de que qualquer gesto do Governo em favor da solução dos imensos problemas sociais que nos afligem, terá retorno expressivo e rápido em termos de bem-estar dos nossos concidadãos. Vossa Excelência conquistou definitivamente sua admiração e seu apoio Senhor Presidente, porque tudo o que aspiram estes que o aplaudem é poder contribuir mais e melhor para a Saúde do Povo Brasileiro.

BRASIL



Composto e impresso na  
Coordenação de Comunicação Social do  
Ministério da Saúde  
Brasília, DF



Composto e impresso na  
Coordenadoria de Comunicação Social do  
Ministério da Saúde  
Brasília, DF

F I M M